

AUDIÊNCIA PÚBLICA – PL 23/2022

Farroupilha, 29 de junho de 2022.

VER. GILBERTO DO AMARANTE: Boa noite, senhoras e senhores. Até se os vereadores aqui o vereador Tadeu e o vereador Marcelo Broilo quiserem ocupar os seus lugares; convido para fazer parte da nossa audiência pública também. Então hoje convidamos para compor a Mesa o senhor Rafael Gustavo Portolan Colloda – secretário municipal de gestão e governo; a senhora Cristiane Girelli Chiele – secretária municipal de urbanismo e meio ambiente; o engenheiro Alex Gobatto – presidente da AFEA e a engenheira Simone Buscaino, então, a vice-presidente que também está aqui representando a comunidade e o CONCIDADE. E os demais, os funcionários da Casa que estão aqui nos assistindo, o Gabi. Quero, a Câmara de Vereadores então agradece a presença de todos e saúda as autoridades aqui presentes. Faremos a leitura do edital de convocação conforme previsto no nosso regimento interno: “A comunidade farroupilhense em geral para participarem da audiência pública que será realizada no dia 29 de junho de 2022, quarta-feira, às 18h, no plenário da Câmara de Vereadores de Farroupilha, sito à Júlio de Castilhos, 420, tendo em pauta projeto de lei do executivo nº 23/2022 que altera a lei municipal nº 4.191 de 9/12/2015.” Também registrando aqui que essa audiência pública é acompanhada, prevista, pela presidente dessa Casa - Eleonora Peters Broilo/vereadora presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 108 da resolução de 10/2021. A metodologia desta audiência, a apresentação do tema de audiência pública, por até 30 minutos, prorrogado por mais 30 minutos mediante da aprovação do presidente, isso se nós tivermos, sim, assunto, a necessidade para prorrogar. Abertura de inscrição para manifestações de até cinco oradores pelo prazo de cinco, cinco minutos cada, sem partes podendo este prazo ser condensado e ser reduzido o número de oradores. Abertura de inscrição para manifestação de vereadores pelo prazo de 3 de 3 minutos sem apartes; concessão do prazo de até 10 minutos para réplica e explicações finais por parte dos convidados. Então passo, de antemão, a palavra para os nossos convidados por até 30 minutos, podendo dividir esse tempo, parte do Executivo e parte para os convidados. Então passo a palavra para os senhores Cristiane e Colloda. E aqui eu acho que nós podemos até delimitar, se vocês concordarem, 10 minutos cada um.

SECR. MUN. GESTÃO E GOVERNO RAFAEL COLLODA: Eu acho que nem é necessário todo esse tempo, mas por parte do Executivo acho que eu faço uso da palavra né, secretária. Bom, boa noite presidente vereador Amarante, vereador Juliano, vereador Broilo, vereador Tadeu, quem nos acompanha da plateia, Simone que está representando nosso CONCIDADE, o Gobatto da AFAE, a secretária Cristiane que também representa o Executivo. Esse projeto ele ele é muito simples, ele ele visa racionalizar recursos; foi essa ideia que o município teve. Existem loteamentos e hoje o loteador ele tem a obrigação de entregar o loteamento com a pavimentação, só que existem ruas, avenidas, enfim, que já se sabe que vai ter, por exemplo, uma cobertura asfáltica. E aí a ideia foi o loteador quando ele aprovou o projeto ele não necessariamente tem que aprovar com aquela pavimentação; ele poderia dar sequência no que tem, por exemplo, na Armando Antonello tem paralelepípedo de um lado e do outro, mas já no fundo lá ela é asfaltada e lá embaixo ela já vai começar asfaltada também então a tendência dela é ser pavimentada toda ela né. Tem uma outra situação também que a gente tem para lá do Farrapos, um outro loteamento, que o loteador

estava propondo PAVS e é uma estrada que também vai ser asfaltada. Então não tem o porquê gastar o loteador com a pavimentação por paralelepípedo, PAVS ou outra e depois virá o município e realizar uma outra obra colocando asfalto por cima ou tendo que retirar aquele material que foi colocado e colocar o asfalto. Então isso visa racionalizar. E em compensação nós temos situações nos bairros em que ainda estamos com estrada de chão e ainda temos ruas que não tem ou não dispõem de calçamento. Então o loteador ao invés de cumprir a obrigação no local ele vai cumprir na mesma quantidade, volume e materiais numa rua que não está pavimentada e que o município faz a indicação. Depois isso vai sair um decreto né do Executivo regulamentando esta lei e vai ter um termo de acordo e as partes assinando. O loteamento só vai ser recebido né quando o loteador cumprir a obrigação dele no bairro em que for indicado para ele fazer a pavimentação. Então um projeto, bastante, de lei, bastante simples, mas que, de certa forma, também ele é inovador, porque a gente não tinha situação. No CONCIDADE isso foi debatido né e foi bem acolhido, então acreditamos que a comunidade gostou do projeto e é nesse sentido que a gente encaminha o assunto para audiência pública para que depois seja discutido então no plenário da Câmara de Vereadores, pelos representantes do povo, para que a gente tenha um instrumento um pouco diferente, mas que visa essencialmente o atendimento do interesse público sem qualquer dano para o município, sem qualquer dano para o loteador e ainda podendo melhorar a vida de algumas comunidades que não dispõem de pavimentação ainda no bairros, por exemplo. Era isso, senhor presidente.

VER. GILBERTO DO AMARANTE: Muito bem. A Cristiane quer fazer uso da palavra? Então passo para os nossos convidados.

SRA. SIMONE BUSCAINO: Então boa noite.

VER. GILBERTO DO AMARANTE: Gabi, som na Simone.

SRA. SIMONE BUSCAINO: Boa noite. Boa noite nobre vereador Gilberto do Amarante, cumprimentando-o eu cumprimento a todos que aqui estão presentes. E começo falando que nós discutimos na no conselho do CONCIDADE, na reunião do dia 18 de abril deste ano, sobre esse anteprojeto de lei e como disse o doutor Colloda foi muito bem aceito no CONCIDADE né. Eu acrescento até que não é nem só de forma positiva, inclusive, que será esta questão porque vai ter, o loteador terá, ele tem o ônus de fazer um calçamento e a prefeitura em seguida iria, em determinados locais que ela tem interesse, ela iria fazer um novo uma nova pavimentação e assim, dessa forma, nós estaríamos pavimentando duas vezes, dois locais. Então isso é algo, é um projeto inteligente, ao nosso ver, né, porque daí estaremos beneficiando os munícipes duas vezes. Eu gostaria de pedir a palavra aqui para poder ler a parte do que tenho do que foi dito do que foi registrado na nossa ata para que vocês tenham conhecimento: “Seguiu-se ao próximo processo igualmente da secretaria de gestão e governo: processo nº 3.841/2022. Oportunidade na qual o senhor Colloda explanou a situação. Explicou que, por exemplo, na Avenida Armando Antonello, bem como situações que ocorrem em outros loteamentos tal como nas proximidades da localidade chamada Farrapos, com previsões de pavimentações diferentes o que causaria em uma mesma via diversos tipos de pavimentação. A secretaria então sugere que a administração faça a pavimentação destas vias da forma como entende mais benéfico. E as pavimentações propostas pelo pelos loteadores sejam redirecionadas a outras vias municipais. O senhor Paese questionou se existe prazo para o loteador, sendo respondido pelo senhor Colloda que o prazo será o mesmo do prazo para executar o loteamento, sendo este de 2 anos; caso o loteador não cumpra o município não receberá o loteamento. A senhora Buscaino complementou dizendo que os loteadores hoje precisam cumprir diversos quesitos e não os cumprindo o loteamento não é recebido município, e desta forma não consegue abrir

as matrículas dos lotes no registro de imóveis. E que no caso desta lei que está sendo proposta somente estaria sendo alterado o local da pavimentação que deveria ser feito, feita no loteamento. O senhor Paese colocou o que é a CICS concorda e acha inteligente em função da economia. A conselheira senhora Fabiana Zucco igualmente parabenizou a iniciativa, mas questionou se a contrapartida do município será realizada em uma via do município; sendo esclarecido pelo senhor Colloda que todas as vias são municipais sendo que quando um loteamento é feito a via passa a ser do município. Foi pontuado ainda pelo senhor Colloda que atualmente cerca de 20% das vias ainda não se encontram pavimentadas. A senhora Zucco compartilhou que acha uma boa ideia, sendo que opinou por estender essas contrapartidas, inclusive em outras áreas. Com a concordância de todos encerrou-se o debate”. Era isso então, né, que eu acho que eu já coloquei de início como é positivo e obrigado.

VER. GILBERTO DO AMARANTE: Pode usar a palavra, Alex.

SR. ALEX GOBATTO: Boa noite a todos. Quero primeiramente agradecer a oportunidade de estar aqui presente representando a AFEA, né, sobre esse PL, né, que visa então inserir um parágrafo aí trazendo melhorias para a nossa cidade. Então quero agradecer senhor presidente da comissão o vereador Gilberto do Amarante, juntamente aí com o vereador Juliano, também, Baumgarten, né; cumprimentar os demais vereadores aqui presentes; o vereador Marcelo Broilo, o senhor Tadeu. Saudar aqui também o secretário Rafael Colloda, a Cristiane Girelli, né, nossa colega Simone Buscaino que também faz parte da AFEA, está aqui hoje representando o CONCIDADE. Então esse tema, né, como bem explanado pelo secretário Colloda, ele basicamente né complementa né visando a questão de economicidade. Eu acho que isso foi tratado dentro né do CONCIDADE, na qual a AFEA tem três conselheiros né participa muito forte dentro deste conselho. E sabedores então dessa pauta ainda né a gente levou esse assunto lá para ser discutido na nossa entidade na última, esse tema foi discutido na última na última reunião ordinária dia 14 de junho. Então a gente explanou lá com todos os nossos associados esse projeto de lei que ao nosso ver, foi unânime isso tá presidente, dentro da entidade, isso visa trazer melhoria para a nossa cidade, né; melhoria na questão de trafegabilidade, né, segurança viária. Então a gente vê com muitos bons olhos né esse adendo então a essa lei, né, porque a gente sabe que muitas vezes o interesse público sobre um determinado local, uma determinada via, é maior do que o do que o prazo que o loteador tem ali para executar e pensamos lá na frente já né, pensamos lá na frente. Por que pavimentar duas vezes né Simone se a gente pode fazer uma vez só e da melhor forma possível, pensando em pavimentar outros também outros locais que não tem ainda pavimentação. Então acho foi muito feliz na proposta, quero parabenizar né o Executivo, enfim, né, por esse por esse incremento à lei. E em resumo, então, presidente, nossa entidade, AFEA, que representa então todos os engenheiros né, arquitetos e agrônomos aqui da cidade de Farroupilha em seus 38 anos vê com muito bons olhos e aprova, então, o que está contido no presente projeto de lei. Era isso. Uma boa noite a todos.

VER. GILBERTO DO AMARANTE: Obrigado, Alex, presidente da AFEI [sic]. Não sei se os vereadores querem fazer uso da palavra.

VER. MARCELO BROILO: Obrigado, colega Gilberto - presidente da comissão. Aqui eu cumprimento o vereador Juliano, o vereador Tadeu, secretária Cris, Colloda, Simone, Alex, nossas assessoras, pessoas da nossa casa legislativa. Bom, eu vou usar a vossa palavra, Simone, acho que reduz ou sintetiza bastante o que é o PL nº 23: inteligência. Então isso é importante. E o que o Alex também referencia: evitar retrabalhos. Então eu acho que é importante. A sensibilidade, Colloda, do nosso executivo também trazer importante projeto. Algo impactante para o futuro, né, Cris?

Que realmente prevê coisas muito boas aonde não tem um calçamento, por exemplo, e aonde poderia ser feito melhor, assim dizendo, e o loteador pode com materiais e o que está aprazado em contrato, colocar em outro local. Então importante projeto. E feliz que de comum acordo, CONCIDADE, com a AFEA também vendo que é bom para o nosso município, zela mais ainda pelo nosso erário público e faz com que a gente busque cada vez melhor subsídios para nossa cidade, para nossos munícipes. Muito obrigado.

VER. GILBERTO DO AMARANTE: Vereador Tadeu, queres fazer o uso da palavra?

VER. TADEU SALIB DOS SANTOS: Não

VER. GILBERTO DO AMARANTE: Então eu passo a palavra para o vereador Juliano.

VER. JULIANO BAUMGARTEN: Vereador presidente, desta, deste ato, vereador Amarante. Cumprimento o vereador Tadeu, vereador Broilo, secretária Cris, secretário Colloda, Simone, Alex, nossos servidores da Casa. Acho que sim é um projeto bem importante, já faz um tempinho que ele tá tramitando na Casa e eu fui designado como relator. Em algumas conversas, algumas discussões, ficou um simples questionamento que até o meu parecer e obviamente ele é favorável e gostaria de tentar a compreensão para ver de que forma. Conversando também com meu colega de bancada, vereador Roque, nós achamos que sim a matéria é importante para dar sequência, para dar seguimento, e ficou uma ficou uma única dúvida e até eu estaria propondo uma emenda aditiva no e acrescentar o parágrafo sétimo; ficou um pouco dúbio na questão. Eu vou ler qual que é a proposta, a ideia, de se levar: ‘havendo interesse do poder público municipal, este exigirá do loteador que o loteamento seja feito de asfalto ou então optará por paralelepípedo ou PAVS’. Para ficar uma questão, vamos dizer, proporcional né, vamos supor que o loteador lá em determinado local faça, a prefeitura complemente, faça o asfalto e aí o, mas e outro, vamos pegar, por exemplo, tem uma rua, existe um projeto para asfaltar. Vai ser o quê? O loteador que vai pagar essa contrapartida, vai ser proporcional a isso, como é que vai funcionar? Então o projeto ele é importante, mas ele ficou, de certa forma, numa, numa questão um pouco dúbio; e até a minha justificativa ela tá: ‘a presente emenda busca trazer clareza ao texto, impedir a interpretação dúbio, tratando-se do projeto’. Não, não, não foi feita, está do parecer vereador que a gente ainda nem discutiu por conta da audiência. ‘Tratando-se do objeto que o referido projeto de lei propõe não fica claro com qual matéria será executada a obra de pavimentação o que poderá acarretar enormes prejuízos ao erário; assim inclui-se no tocante a obra a ser realizada pelo loteador a possibilidade do poder municipal estipular que seja de asfalto, PAVS ou paralelepípedo’. Então a minha manifestação é essa, é mais uma dúvida na questão de contribuir e me somar. O projeto ele é importante, mas para ficar, em suma, de uma clareza. Tá bom, senhor presidente.

SR. ALEX GOBATTO: Vereador, posso?

VER. GILBERTO DO AMARANTE: Depois faremos o fechamento, têm 10 minutos para fazer o fechamento tanto a Cris, o secretário Colloda ou então mesmo até os nossos convidados podem fazer o uso da palavra. Eu quero, como vereador, agora, então, fazer alguns contrapontos. Eu fatiaria esse projeto em dois. Nós, até então com os loteamentos que está vigente né, que aqueles que estão em andamento que tem toda a razão então lá está previsto o calçamento com pedras ou então PAVS e, para os futuros, de nós propor uma lei que todo ele seja pavimentação de asfalto. Por que de asfalto? Porque pedra já é algo que o meio ambiente está daqui a pouco bulindo isso, está cada vez mais difícil de conseguir pedras basalto né. E a questão do PAVS nós temos, os problemas que nós temos na cidade, nós temos esse loteamento aqui para cima dos Lopes aqui no bairro Medianeira que não teve uso ainda, mas está todo irregular; e quando se abre uma tem que abrir um valo para fazer um conserto, enfim, de uma

tubulação ou de drenagem ou de água você não conserta mais como, o nosso grande problema de nós ter que fazer cobertura de pavimentação de asfalto nas nossas ruas é por causa das irregularidades com o tempo teve que abrir lá por alguma e tu conserta mais, tu não faz. Com o asfalto você consegue fazer uma manutenção bem melhor e bem mais prático e rápido né; claro que daí, de repente, você tem que ter essa condição através de licitação, enfim. E eu cito mais uma situação: hoje nós temos 70% dos nossos loteamentos que já estão já são com cobertura de asfalto e aí o município vai investir nessas avenidas de asfalto, que vai fazer um investimento naqueles loteamentos que está que está previsto pavimentação de pedra ou de PAVS; por que que eles estão fazendo? Porque é mais barato. Aí o município vai lá e faz o investimento nesses nessas ruas valoriza aqueles terreno desses loteadores, valoriza o loteador, o loteamento como um todo e tem mais. E aí, e aí aqueles que fazem asfalto, qual o benefício que eles recebem da prefeitura em relação a isso? Sim, as avenidas, por razões estratégicas do município, sim vai ser com cobertura asfalto por quê? Porque é mais duradouro, porque é uma pavimentação melhor e tem estes quesitos. Então a minha a minha fala é em relação a isso. O município está investindo num loteamento que ainda nem sequer está sendo utilizado em muitas questões, em muitas situações, né, porque ela vai ter uma avenida, futura avenida e esse investimento, que é maior, pode ser feito lá naquela rua que, de repente, está há 40 anos sem pavimentação. Então são essas a minha a minha a minha manifestação que de qualquer forma o município pode fazer o investimento numa outra rua, ou seja, lá em área terreno do município ou então uma rua lá, de repente, de pessoas com baixa renda, como queira expandir a pavimentação num bairro, numa rua lá que está, como volto a dizer, está lá há 40 anos sem pavimentação. Então é essa a minha a minha manifestação; e defender defenderei também essa manifestação ali na frente. Na hora de votar talvez a gente vai fazer alguma emenda junto com o Juliano, mas é essa a minha minha colocação em relação a esse projeto. E eu acho que nós temos contrapontos, só para fazer contraponto, eu acho que é importante essa questão. Muito obrigado. Agora então eu faço uma abertura geral para nós fazer o fechamento da nossa da nossa conversa aqui como os convidados e com aqui o executivo né, representado o Colloda e a Cris Girelli. Rose, Cris, secretária Cris.

SECR. MUN. DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE CRISTIANE GIRELLI: Boa noite. Saudação vereador Amarante – presidente. Saúdo os demais vereadores aqui no local, meu colega Colloda, engenheiro Alex, engenheira Simone. Então frente as tuas colocações esse projeto ele é extremamente simples justamente visando resolver uma situação que se apresentou ao município no momento. Num mundo ideal, que eu gostaria de me encaminhar para ele, nós vamos ter um mapa com as hierarquias viárias e de fato poder elencar quais são as que devem ser pavimentadas por asfalto. O quê que acontece? Por mais que a grande massa entenda que o asfalto é a solução ele não é a solução; ele queria diversos outros problemas que, tecnicamente, causam transtornos lá na frente. Hoje então a gente tem tudo que é tipo de loteamento que é uma em decorrência de falta de conhecimento da construção da cidade; não é uma crítica, na verdade é/foi a forma que a cidade se desenvolveu tanto que nós temos os bairros mais antigos que não têm pavimentação porque não era uma exigência. A atual lei de parcelamento do solo exige que o loteador entregue ele pavimentado, porém não dá diretriz do tipo de pavimento. Essa é uma construção que a gente está fazendo para depois da atualização do plano diretor que a gente consiga sim visualizar com antecedência quais são as ligações importantes que devem ser pavimentadas com asfalto. O quê que acontece? O asfalto além de ele ter nós criamos problemas de permeabilidade do solo, que é uma coisa muito importante, ele aumenta a velocidade; aumentando a velocidade eu tenho um problema de trânsito. Então simplesmente

direcionar para que os novos loteamentos sejam todos asfaltados é um erro muito grande, tecnicamente falando, para o município. O novo loteamento, por si só, ele já vai ter a infraestrutura instalada. Então, claro, eu estou falando, de novo, num mundo que eu gostaria que fosse o ideal; a gente não vai ter a necessidade de abrir esse pavimento. O que vai ter que seguir fazendo aberturas é o que já está implantado, que aí é um outro problema. Então assim, a lei de parcelamento do solo vai passar sim, num futuro espero que não muito distante, por uma revisão geral com a inclusão desse mapa da hierarquia viária que aí sim eu posso definir na hora do loteamento que o loteador “bom, esta via tu tem que fazer necessariamente com asfalto e esta tu pode optar”; ou a gente pode vir numa construção conjunta, definir se vai ser PAVS se vai ser paralelepípedo. Então essa é uma visão da secretaria de urbanismo, é uma é uma visão técnica. A questão de permeabilidade ela é muito importante, mais do que parece, a gente mora numa cidade com relevo muito complicado o que, eu não tendo a permeabilidade no local, gera velocidade da água e outros problemas da ordem até da defesa civil né, de eu estar causando enchentes. E eu tenho visto nos últimos anos que a pavimentação asfáltica as decisões têm sido tomadas muito por solicitação da do morador ou das comunidades que acabam não tendo entendimento do que isso vai causar lá na frente. Aí depois eu começo daí com lombofaixa, com semáforos, coisa que não acabam não fazendo sentido. Se eu não tenho a hierarquia viária resolvida eu tenho problemas de trânsito. Então a gente está fazendo muito mais do que consegue por questões de demanda e não conseguimos chegar nessa pauta então essa lei se tornou muito importante para resolver os problemas mais simples e atuais. Era isso.

VER. GILBERTO DO AMARANTE: Passo a palavra para a engenheira Simone.

SRA. SIMONE BUSCAINO: Bom, vereador Gilberto, assim que você colocou né essa sugestão eu já comecei a elencar aqui algumas colocações técnicas né que eu vou então ratificar o que a secretária Cristiane disse porque a primeira coisa que eu coloquei aqui foi permeabilidade; que permeabilidade é importantíssimo a gente pensar; asfalto não, é impermeável e a gente então quando tem ou pavimentação basáltica ou PAVS nós temos permeabilidade, o que não acontece no asfalto. Esse então é um ponto que eu estou ratificando o que a secretária Cristiane colocou e é importante a gente pensar nisso. Também eu fiz parte do conselho do COMUT, que é o de trânsito, e nós justamente, também foi o segundo ponto que eu coloquei, ratificando o que a secretária disse, segurança. Quantas vezes eles nos pediam lá no conselho lombofaixas; por quê? Porque se torna uma via muito rápida né. Então assim ó, eu, eu vou colocar aqui o quê, porque eu vou dar o exemplo do que eu faço como loteadora. Porque muitas vezes o que vai acontecer, que as pessoas têm, quando elas vão fazer ligação de água ou a ligação do esgoto na rua elas abrem né a via. Eu tenho adotado eu acho isso que, de repente, pode ser uma sugestão tá, eu quero dizer para vocês, nos nossos loteamentos a gente adota a rede de esgoto e a rede de água dos dois lados da via. Vocês me entendem? Então eles são colocados na calçada e com isso em nenhum momento você abre a rua. Então se você pavimentar com PAVS ou com basalto você não vai mexer mais porque quando você precisa precisar fazer ligações você vai fazer ligação na calçada. Nós, no nosso caso, a gente tem feito essa solução. Eu não vou me estender mais porque eu sei que o colega aqui também quer falar um pouco. Eu só quero deixar, eu já falei tecnicamente, só quero deixar que assim né parabenizar a audiência. É uma pena, eu vou dizer assim, eu gostaria que mais vereadores estivessem aqui mais pessoas estivessem presentes porque eu acho que a gente tá discutindo a nossa cidade tá e eu quero deixar isso registrado porque eu acho que isso é importante tá. Eu sou defensora assim de que a gente discuta coletivamente, eu sou defensora dos conselhos municipais então eu gostaria muito de deixar isso registrado porque é importante para nós. E quanto mais a

gente discutir mais ideias virão e estarão aqui conosco tá. Eu sinto por não ter mais pessoas aqui né para que mais mentes se abrem mais mentes estão poderiam aproveitar.

VER. GILBERTO DO AMARANTE: Passo a palavra então para o convidado Alex.

SR. ALEX GOBATTO: Muito obrigado, Simone. Eu acho que duas questões que eu vi que, né, as colocações do vereador Juliano e do Gilberto. Eu particularmente, Alex, entendo um pouquinho da tua questão que tu comentou, Juliano, da gente poder amarrar bem certinho né a questão do quê que a prefeitura vai executar para não ter nenhum ônus né, ou faltar ou sobrar, enfim, né, na subsequente que deverá ser pavimentada. Acho que a gente tem que teria que dar uma atenção a essa questão que tu comentaste tá. Entendo, entendo a questão do vereador Gilberto quando ele cita né seria interessante a gente ter uma, a grande maioria, senão na sua totalidade, as vias pavimentadas com asfalto, né; mas corroboro na opinião técnica e eu acho que é muitas vezes a técnica tem que prevalecer em muitas questões tá. Porque a gente sabe que nós temos uma região, Farroupilha está entre um divisor de águas né então a gente tem muito problema e a gente está enfrentando isso né, Cris agora discutindo lá a questão dos marcos das apps também no COMAM. Então eu acho que a questão de pavimentação asfáltica em toda a malha viária do município vem a prejudicar porque acaba impermeabilizando. Então a gente tem que pensar em fazer uma parte se não na sua totalidade todas as vias coletoras e as de maiores importâncias de trafegabilidade, né, seja lá no loteamento, no bairro, na cidade, na malha urbana né essa sim prever que sejam asfaltadas, porque permite um pouco né da velocidade um pouquinho melhor né e aí se trata outras questões né de fluxo viário né, de trânsito, e a gente sabe que a nossa cidade está com um tema bem complicado quando a esse sentido também. Então acho que corroboro contigo tá, Gilberto em alguma em uma parte dela não em totalidade, por quê? Porque o pavimento permeável, né, o PAVS, ou seja, ele poliédrico ele contribui com a questão de infiltrar água no solo que para nós é muito importante tá; na questão né de termos água no nosso recurso hídrico, de fomentar as nossas nascentes. Recentemente passamos aí por um tempo de estiagem que é muito preocupante para nós. Então eu acho que no intuito de impermeabilizar tudo acaba criando um problema futuro tá. Mas que né nessas que sejam coletoras e isso dentro do que a secretária colocou numa hierarquia viária né bem definida isso eu acho com certeza tá, Gilberto, a gente consegue fazer porque dentro lá, por exemplo, né do loteamento que vai dar uma sequência em alguns já existentes a gente precisa ter uma via que vai chegar até lá né, principal; então que essas principais sim tenham uma boa infraestrutura né. E depois nas vias locais né dentro de bairros que elas consigam então que elas possam ser de PAVS, né, de poliédricas, porque elas já reduzem um pouco da velocidade né, não fazem com que tenha uma via muito com uma velocidade muito elevada, que no final tudo resume né Simone, que a gente vê que chega muitas demandas lá no COMUT pedindo lombofaixas, pedindo lombada eletrônica, enfim, para prever a segurança. Então acho que asfaltar tudo vai trazer essa esse porém da insegurança né viária tá; então acho que é basicamente isso a colocação. E para fechar então, Juliano, eu acho que a gente poderia dar uma olhadinha nessa questão também que seria interessante fazer o complemento. Obrigado, presidente.

VER. GILBERTO DO AMARANTE: Obrigado, vereador [sic] Alex. Eu também então vou fazer um fechamento da nossa, da nossa, se o Marcelo ou o vereador Tadeu quiserem se manifestar ainda está aberto. Eu concordo, eu concordo com a Cristiane Girelli, se nós pudesse já botar em lei essa proposta que é possível estudar hoje, né. Hoje nós já temos, talvez já, de certa forma já organizado. Que aí sim seria um projeto não vou dizer ainda o ideal, mas, mas o caminho para que, de certa forma, não abrimos espaço para que estamos investindo, como poder público, num loteador que ainda não surgiu e que não tem morador né e estamos lá botando o dinheiro público; de certa

forma, sim, valorizando o loteador, aquele loteamento, aqueles móveis, aqueles terrenos. Em relação ao ruído que é gerado pelo calçamento, pelo PAVS, eu, eu convido vocês para dar uma olhada naquele loteamento que não tem moradores ali para cima dos Lopes, no Bairro Medianeira; não existe moradores ainda e o calçamento é todo irregular, ele não foi aberto ainda ruas e foi acompanhado tecnicamente. Então na medida que o tempo vai passando o PAVS e eu cito também o bairro Fátima, que é muito próximo do meu bairro, que é totalmente irregular e foi feito de PAVS e não se abriu rua. Então essas questões que, de repente, nós devemos de cuidar. A questão de no passado eu fui eu fui coordenador da defesa civil por dois anos e a gente tem muitos problemas em nosso município em relação à drenagem. Porque que eu falo de drenagem que é o nós estamos falando aqui na velocidade da água? Nós tivemos casa que caiu no bairro São Francisco, nós tivemos casa que caiu no bairro Centenário, nós tivemos casa aqui no bairro Imigrante, aqui no centro, tubulações que passavam em terrenos que daí, escola aqui no bairro na frente da garagem; então a gente teve várias buscou várias alternativas de trabalhar corretamente os tubos que está embaixo da terra com essa dimensão para essa vazão de água com as chuvas torrenciais que a gente recebe, enfim, no dia a dia no município e que todo coberto que passa a ter telhado, calçada e tudo mais acaba tudo sendo canalizado para essa para essa única tubulação. Então claro que tinha alguns absurdos lá no passado que nós tinha cano de 60 e aí nós tinha de 40 e depois de 30; aí dava gargalo, estourava todas as ruas. Era comum. Bom, se ouvia no rádio, não sei se vocês lembram, mas era só o que se escutava depois de uma chuva torrencial, muitos problemas de alagamento e de ruas que eram rompida por questões de drenagem. Mas por que eu trago isso? Porque hoje se nós pegarmos os grandes alagamento que teve Brasil afora e recentemente no Recife, se tu vai olhar lá a pavimentação é de pedra não é de asfalto. Então, sim, se nós fizermos um cálculo correto, porque a gente vai diminuindo muitas coisas. Porque se nós pegar Caxias do Sul é quase toda asfaltada, Garibaldi é toda asfaltada, Bento Gonçalves começa a se aumentar essa via justamente para diminuir esse ruído que causa também pelo calçamento e pelo PAVS que o asfalto não tem esse, diminui muito esse ruído. E claro que os quebra-molas/lombofaixa recebia antes, como estava com o secretário, muitos pedidos e continuo recebendo como vereador, e inclusive nas ruas que é calçada né. Isso é comum é a questão de segurança e nós buscar a educação do trânsito né. Mas era isso. Muito obrigado a todos os presentes e damos por encerrado a nossa reunião, a não ser que haja mais manifestação.

GILBERTO DO AMARANTE
Vereador Presidente da Comissão de Infraestrutura,
Desenvolvimento e Bem-Estar Social